

A marginalização dos estudos feministas e de gênero na psicologia acadêmica contemporânea*

Martha Giudice Narvaz
Sílvia Helena Koller

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

RESUMO

O objetivo deste estudo foi problematizar os discursos sobre relações de gênero na psicologia acadêmica contemporânea. Inicialmente, apresentam-se as diferentes concepções de gênero a partir de diversas perspectivas teórico-epistemológicas. Em seguida, discorrem-se acerca da articulação dos estudos de gênero com o movimento feminista. São abordadas, ainda, políticas governamentais com vistas à inclusão da temática de gênero em diversos campos do saber, uma vez constatada a marginalização e a falta de legitimação dos estudos feministas e de gênero na academia, dentre elas, na psicologia acadêmica contemporânea. Uma vez que discursos constituem práticas, as autoras propõem-se a apresentar aqueles que comumente circulam na ciência psicológica em relação ao gênero, uma vez que serão constitutivos dos saberes e das práticas psicológicas incorporadas na formação.

Palavras-chave: Discursos de gênero; universidade; feminismo; psicologia; políticas públicas; formação acadêmica.

ABSTRACT

The marginalization of the feminist and gender studies in the contemporary academic psychology

The objective of this study was to problematize discourses about gender in the contemporary academic psychology. Initially, different gender conceptions starting from several theoretical and epistemological perspectives were presented. Secondly, it presented the articulation of the gender studies with the feminist movement. Government politics for the inclusion of the gender theme in several fields of the knowledge was approached, once verifying the marginalization and the lack of validation of the feminist studies and of gender in the academy, among them, in the contemporary academic psychology. Once discourses constitute practices, the authors intended to present those that commonly circulated in the psychological science in relation to gender, and are constituent of the knowledge and of the incorporate psychological practices in the career formation.

Keywords: Gender; university; feminism; psychology; public politics; academic formation.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é o de problematizar os discursos sobre relações de gênero na psicologia acadêmica contemporânea. O interesse pelo tema vem-se construindo no cotidiano de nossa prática enquanto psicólogas, pesquisadoras, professoras, supervisoras e psicoterapeutas. Neste percurso, identificamos produções discursivas que legitimam desigualdades de gênero e normatizam papéis e lugares de gênero nas relações afetivas, sexuais e familiares. Não só as mulheres, nosso interesse inicial de investigação, mas também outras ditas ‘minorias’, tais como não hete-

rossexuais, não brancos, não ocidentais e pobres, seres ditos “abjetos” pela cultura dominante (Butler, 1998) ou, ainda, os “refugos humanos”, no dizer de Bauman (2005, p.75), são vítimas de violência, de discriminações e de exclusões. A classificação dos sujeitos de acordo com a categoria sexo em gêneros estáveis, uniformes, binários e excludentes é, em si mesma, uma forma de violência, não só simbólica (Castel, 1978; Costa, 1986), mas “material” (Butler, 1998, p. 39).

Discursos engendrados por designações naturalizadas, heteronormativas, essencialistas, hierárquicas e estáticas dos lugares e das possibilidades válidas e inteligíveis de viver corpos, prazeres e relações afe-

* Este artigo foi baseado nos estudos de doutorado da primeira autora sob orientação da segunda autora. Apoio CNPq.

tivas, quer na esfera pública, quer na esfera privada, determinam formas de sujeição específicas (Butler, 2000, 2003; Foucault, 1995) não somente às mulheres, mas a quaisquer gêneros. Estes discursos normativos são produzidos e veiculados no senso comum, nos saberes científicos e nas diversas pedagogias culturais, destacando-se aqui o papel da escola e da mídia (Louro, 1999, 2003). Poder e saber, entrelaçados, constituem discursos que, através de saberes e práticas que se outorgam o estatuto de verdade, regulam formas morais de comportamento aos sujeitos. Uma vez que esta complexa rede de tecnologias e de sistemas disciplinares pela qual o poder opera na regulação dos gêneros inscreve-se nas disciplinas normalizantes da medicina, da educação e da psicologia (Castel, 1978; Foucault, 1969, 1995, 1975/2002), há que se investigar os discursos sobre gênero que circulam na ciência psicológica. Este trabalho propõe-se, assim, a problematizar teorias e práticas que nos constituem tão profundamente que nem as percebemos mais como aprendidas; busca, ainda, incorporar o olhar do estrangeiro, exercitar o estranhamento, a perplexidade e a descoberta, tal como nos ensina Foucault (1988b, 1988c), o que nos “ajuda a pensar como, em nome da ciência, passam a se inscrever novas formas de poder que regulam e esquadriham os homens [e as mulheres] na trama do social” (Nardi, 1999, p.35), tarefas teórico-epistemológicas e políticas implicadas na realização desta investigação ‘militante’.

GÊNERO: A DIVERSIDADE DE CONCEPÇÕES TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICAS

Os estudos de gênero e os estudos feministas constituem um campo de estudos relativamente novo na ciência. No Brasil, o termo ‘*gênero*’ foi incluído no meio acadêmico ao final da década de 1990, sendo definido a partir do sexo biológico. Nesta concepção, chamada ‘sistema sexo-gênero’, sobre o ‘sexo’ biológico e reprodutivo é construído o ‘gênero’, sistema de características psicológicas e culturais que marcam diferenças entre homens e mulheres (Strey, 1998). Perspectivas pós-modernistas, tais como o construcionismo social, destacam a construção social do gênero, ressaltando que o gênero é uma *invenção* (Nogueira, 2001a, 2001b). Já teorias pós-estruturalistas e desconstrucionistas francesas (Butler, 1998, 2001; Nicholson, 2000; Scott, 1986) refutam tais proposições, desconstruindo a perspectiva essencialista e heterossexista do sistema ‘sexo-gênero’. Não mais baseado nas diferenças biológicas ou ‘naturais’, diz-se que o gênero foi (des)naturalizado. Revisada a idéia binária de dois sexos e dois gêneros, o gênero passa a ser entendido como relação política, que ocorre num

campo discursivo e histórico de relações de poder. Nestas perspectivas, gênero é um efeito da linguagem, produzido e gerado a partir de discursos, e não a partir da biologia. Enquanto produção discursiva, o gênero não apenas descreve construções sobre corpos materiais, naturais e preexistentes. Os corpos também são produções discursivas, pois “o que aparece exposto no corpo não é separado do discurso que o situa” (Pereira, 2005, p. 133). Não há, portanto, essências verdadeiras, naturais e íntimas a serem manifestadas, representadas ou construídas sobre a materialidade do corpo. Gênero e corpos são produções discursivas que se constituem no ato mesmo a partir do qual são nomeados. Conforme Butler (2003, p. 22), “discursos, na verdade, habitam corpos. Eles se acomodam em corpos; os corpos na verdade carregam discursos como parte de seu próprio sangue. E ninguém pode sobreviver sem, de alguma forma, ser carregado pelo discurso”. Gênero, nesta perspectiva, é concebido como *ato performático*, que se constitui enquanto prática reafirmada ou (re)negociada a partir de determinado campo, sempre contingente, de possibilidades (Butler, 2000, 2001, 2003, 2004). Corpo, gênero e subjetividade estão, assim, intrinsecamente articulados enquanto produções discursivas. A subjetividade constitui-se sempre discursivamente, ou seja, através dos discursos entre os sujeitos e entre as diversas instâncias das quais participam. Cabe ressaltar que os discursos não remetem apenas à linguagem simbólica. Os discursos são práticas concretas que constituem o sujeito e que estão disseminados nas mais diversas instituições na forma de práticas disciplinares e disciplinantes (Foucault, 1969, 1995). Cumprem papel importante neste contexto as disciplinas normatizantes da medicina, da psicologia, do direito e da educação que impõem normas para a constituição das subjetividades em cada tempo e contexto históricos (Foucault, 1975/2002). Embora o sujeito sempre esteja assujeitado a determinados discursos, ele não é produzido de uma só vez, em sua totalidade (Butler, 2000, 2003). Na construção da subjetividade (subjetivação), ocorrem reconfigurações, renegociações e reposicionamentos complexos dentro das estruturas nas quais se constitui o sujeito. Há espaço, portanto, não só para a submissão (sujeição ou assujeitamento, em termos foucaultianos), mas espaço também para a subversão – ou resistência – do sujeito aos discursos, ou ao discurso dominante, que o constitui (Butler, 2000, 2003; Foucault, 1995).

A MARGINALIDADE DOS ESTUDOS FEMINISTAS E DE GÊNERO NA CIÊNCIA

Quaisquer que sejam as matrizes teóricas dos estudos de gênero (ver Colling, 2004; Mariano, 2005;

Pereira, 2004), o preconceito e a marginalização imputados aos estudos feministas e de gênero têm sido apontados por diversas pesquisadoras, o que se constitui em importante obstáculo a sua legitimação acadêmica (Adelman, 2003; Bordo, 2001; Costa, 1994). Tal marginalização parece estar associada à relação do surgimento e da institucionalização deste campo de estudos com os movimentos sociais, sobretudo em sua estreita vinculação com os partidos de esquerda e com os movimentos de mulheres. No Brasil, o processo de formação do movimento feminista ocorreu, em grande parte, no contexto da história dos partidos de esquerda na luta contra a ditadura militar. Tributários das ações conduzidas pelo movimento de mulheres a partir dos anos 60, os movimentos feministas envolveram pesquisadoras, acadêmicas e militantes que atuavam dentro de um mesmo projeto político, qual seja, o de confrontar e de contestar as discriminações e as relações de poder existentes na sociedade (Costa e Schmidt, 2004; Maluf, 2004; Toneli, 2003). Sociólogas, antropólogas e historiadoras buscavam, assim, denunciar a opressão patriarcal e capitalista vivida pelas mulheres, sobretudo na família e no mercado de trabalho. O campo de estudos de gênero, inicialmente voltado para os estudos sobre as mulheres, foi-se consolidando, no Brasil, no final dos anos 70, concomitantemente ao processo de redemocratização política, ao fortalecimento dos movimentos sociais e do movimento feminista no país (Costa, 1994; Farah, 2004). Nos anos 80, a produção acadêmica sobre o tema cresceu e diversificou-se. Começaram a surgir, nas Universidades, os núcleos de estudos e pesquisas sobre a mulher, sendo que as publicações e teses envolvendo tal temática aumentaram consideravelmente nesta época. No final da década de 1990, as principais associações de cientistas do país, entre elas, a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), contavam com grupos de trabalhos especializados na temática de gênero. Apesar da crescente consolidação deste campo de estudos no Brasil, sua inserção no espaço acadêmico sempre foi marginal, ocorrendo predominantemente na pesquisa, em detrimento do ensino. A maioria dos cursos foi (e ainda é) oferecida na pós-graduação, onde há maior flexibilidade curricular, sendo que, na graduação, são oferecidas apenas disciplinas optativas, não havendo cursos regulares sobre relações de gênero. Este cenário pode ser compreendido como resultado da repressão (especialmente às Ciências Humanas e Sociais) a qual estava sujeita a Universidade. Pesquisadoras feministas, oriundas geralmente das áreas das Ciências Humanas e Sociais, limitadas por dificuldades financeiras e institucionais impostas pela referido regime, criaram, então, centros de pesquisa privados e independentes nas universidades, buscando apoio e fi-

nanciamento de agências internacionais para a realização de suas pesquisas (Costa, 1994).

A resistência para a incorporação da temática de gênero nos currículos universitários, em especial nos currículos básicos da graduação, ocorre não só no Brasil, mas em quase todos os lugares do mundo (Descarries, 1994). A relativa aceitação dos núcleos de estudos de gênero nos cursos de pós-graduação das universidades evidencia que o gênero é tomado como temática apenas de especialistas, bem como desvela o conservadorismo do meio acadêmico, que tem dificuldade para atualizar seus currículos. Além disso, os estudos de gênero estão presentes apenas em algumas universidades e em alguns campos do saber, sobretudo na História e nas Ciências Sociais, como se outras ciências pudessem prescindir do gênero. A institucionalização e a transversalização dos estudos de gênero em todas as áreas de conhecimento é uma importante reivindicação das pesquisadoras feministas (Adelman, 2003; Costa e Sardenberg, 1994; Lopes e Piscitelli, 2004; Malheiros, 2003; Maluf, 2004).

GÊNERO NA AGENDA DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS

O incentivo à participação das mulheres no campo das ciências e nas carreiras acadêmicas nas quais ainda há forte hegemonia masculina, especialmente nas ditas Ciências Exatas, bem como a realização de pesquisas sobre mulheres, gênero e feminismo no âmbito acadêmico têm sido, ainda, objeto de preocupação governamental (Farah, 2004). O Estado Brasileiro é signatário de vários acordos, tratados e convenções nacionais e internacionais através dos quais assume o compromisso de erradicar a discriminação, os estereótipos de gênero e a violência contra as mulheres, bem como promover a igualdade de gênero e a autonomia feminina (Prá e Negrão, 2005). Além da necessidade de garantir a efetivação dos direitos humanos para as mulheres, a Comunidade Internacional e o Estado Brasileiro entendem que o desenvolvimento sustentável, a redução da pobreza e o crescimento econômico do país somente serão viabilizados através da inclusão de políticas públicas afirmativas para as mulheres. A inclusão do recorte transversal de gênero na formulação e na implementação de políticas públicas faz parte, pela primeira vez no país, do programa de governo, o que evidencia a relevância da questão do gênero anteriormente negligenciada pelas políticas governamentais (Bandeira, 2005; Melo, 2005).

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), de 2005, revelam que mais da metade da mão de obra brasileira (51,6%) é composta por mulheres. Contudo, a participação feminina no

mercado formal de trabalho (42%) é menor do que no trabalho informal (57%). Embora apresentem níveis de escolaridade superiores aos dos homens, os salários percebidos pelas mulheres são menores que os deles, mesmo quando desempenham as mesmas tarefas. No tocante à educação pública, as mulheres já representam 51% das matrículas escolares do ensino básico à universidade. De acordo com o censo da Educação Superior/2004, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação (INEP/MEC), o número de concluintes do ensino superior brasileiro totalizava 626.617 estudantes, sendo 391.995 (62,6%) mulheres, e 234.622 (37,4%), homens. As mulheres são maioria nas universidades e ocupam espaços semelhantes aos homens na produção científica, entretanto, essa participação não ocorre no topo das carreiras acadêmicas. A melhoria significativa na formação das mulheres não se reflete em termos de participação política e de acesso a postos de decisão: entre os 142 membros de Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) existem 122 reitores (86%) e apenas 20 reitoras (14%). As mulheres também são minorias como coordenadoras de grupos de pesquisa e membros de Conselhos Deliberativos do CNPq (Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, 2006).

Em 2003, a fim de impulsionar e articular, de forma transversal, a institucionalização das questões de gênero tais como previstas na plataforma de governo, foi criada, pela Presidência da República, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). Esta Secretaria, que tem *status* de Ministério, desenvolve ações conjuntas com todos os Ministérios e Secretarias Especiais, tendo como desafio a incorporação das especificidades das mulheres nas políticas públicas e o estabelecimento das condições necessárias para a sua plena cidadania. No ano seguinte, o governo federal convocou a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (I CNPM), com o intuito de elaborar, através da interlocução com a sociedade civil, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM). Esta I Conferência, coordenada pela SPM e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), contou com a participação de cerca de 120 mil mulheres de diversos segmentos, tais como Organizações Não Governamentais, Universidades públicas e particulares. Com base nas resoluções desta I Conferência, cujo tema foi “*Políticas para as Mulheres – Um desafio para a igualdade numa perspectiva de gênero,*” foi organizado o referido Plano, que tem por objetivo a efetivação dos direitos das mulheres. As ações previstas no PNPM envolvem quatro eixos de atuação, quais sejam: 1) Autonomia, Igualdade no Mundo do trabalho e Cidadania, que envolve 76 ações e 5 prioridades;

2) Educação inclusiva e não sexista, que abarca 32 ações e 5 prioridades; 3) Saúde das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, que contempla 39 ações e 6 prioridades; e, 4) Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que engloba 31 ações e 7 prioridades (Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, 2006).

Neste cenário, teve especial destaque pela SPM a articulação dos movimentos sociais protagonizados por mulheres e a comunidade acadêmica que, desde o início dos anos 60 e 70 do século XX, vêm tentando dar visibilidade às questões de gênero enquanto produtoras de desigualdade entre homens e mulheres (Blay, 2001; Costa, 1994; Costa & Schmidt, 2004; Malheiros, 2003; Schmidt, 2004). Para tanto, em 2005, foi lançado o “*Programa Mulher e Ciência*”, que buscou valorizar as pesquisas realizadas no âmbito acadêmico e estimular a elaboração e divulgação de novos conhecimentos no campo de estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos. Outro objetivo do Programa foi o de promover e incentivar a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas nas quais ainda há forte hegemonia masculina. O referido Programa desenvolveu-se através de parceria entre a SPM, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), o Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM). O *Programa Mulher e Ciência* abarcou três ações: 1) o Edital CNPq nº 45/2005 (destinado a projetos de estudos e pesquisas que tratem das temáticas de gênero e raça no país); 2) o *1º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero* (destinado a estimular estudantes do ensino médio, estudantes do ensino superior e estudantes de pós-graduação a refletirem sobre as desigualdades de gênero); e, 3) o *Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciências*, realizado em Brasília, em março de 2006. Integraram este encontro 294 participantes, de 24 unidades da federação, integrantes de 200 núcleos de pesquisa de mais de cem universidades.

Algumas das principais recomendações traçadas neste Encontro pela comunidade acadêmica à SPM foram: 1) introduzir a disciplina de gênero nos currículos universitários; 2) transformar o Programa Mulher e Ciência em política Nacional; 3) aumentar a participação feminina nos cargos de direção dos órgãos financiadores de pesquisas científicas (CNPq/MCT, Capes/MEC); 4) incluir nos acervos das bibliotecas nacionais publicações no campo de estudos de gênero, feminismo e diversidade sexual; 5) estimular e apoiar os Núcleos e Grupos de Estudos sobre mulheres e gênero nas Universidades; e, 6) incentivar e fortalecer os cursos de pós-graduação em questão de gênero nas

Universidades Públicas. Faz-se, diante disso, absolutamente fundamental “valorizar um campo de estudo que, muitas vezes, não encontra legitimação em um ambiente acadêmico, pois é entendido mais como uma militância e não como uma prática acadêmica”, diz a ministra Nilcéia Freire (Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, 2006, p.13).

Parece evidente a necessidade da superação da dicotomia inscrita no senso comum de que só se produz teoria na academia e que só o ativismo político é capaz de gerar ação social (Malheiros, 2004; Maluf, 2004). A falta de legitimação, a “guetização” e o preconceito acerca dos estudos sobre mulheres/gênero/feminismo e sua relação com a militância (Adelman, 2003; Bordo, 2001; Costa, 1994) indicam que os estudos feministas e de gênero, enquanto produção de conhecimento e crítica da cultura ocidental (Benhabib & Cornell, 1987; Harding, 1986, 1991; Keller, 1985), ainda não estão integrados à ciência, faltando-lhe o estatuto de cientificidade requerido à legitimidade acadêmica. O discurso feminista é o discurso do “Outro” da ciência (Bordo, 2001), o que se evidencia na (in)visibilidade do gênero em diversos campos do saber e na estrutura curricular das universidades.

GÊNERO NA PSICOLOGIA ACADÊMICA CONTEMPORÂNEA

Dado que nenhum campo do conhecimento é neutro, estando sempre atravessado e constituído por discursos (Bordo, 2001; Harding, 1986, 1991, Siqueira, 1997), a periférica presença da ciência psicológica nas produções veiculadas pelas revistas feministas de maior expressão no país, a Revista Estudos Feministas e a Cadernos Pagu (Lopes e Piscitelli, 2004), bem como nos bancos de teses e de dissertações de importantes universidades, como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Narvaz, Vitoriano da Silva, Kaiper Dias e Koller, 2006), não deve ser interpretada como se os discursos e as práticas inscritas nas produções da psicologia fossem neutras no que concernem aos discursos de gênero. Baseadas em “pressupostos biologicistas, higienistas e disciplinadores” (Meyer, 2000, p. 71), concepções binárias, hierárquicas, essencialistas, naturalizadas e cristalizadas quanto aos gêneros têm sido encontradas na filosofia, nas ciências da saúde e da educação, na psicanálise e, também, na psicologia (Castel, 1978; Costa, 1986; Fonseca, 2000; Foucault, 1988a; Louro, 2001, 2003; Meyer, 2003; Roudinesco, 2003; Strey, 2000).

Ao separar-se da filosofia e a fim de adquirir o estatuto de cientificidade exigido pelo programa das ciências positivistas modernas (Bock, 2003; Siqueira, 1997), a psicologia aproximou-se das ciências natu-

rais, em especial da fisiologia e da biologia, “preocupada em alinhar-se com as ciências da natureza e de encontrar no homem o prolongamento das leis que regem os fenômenos naturais” (Foucault, 1957/2002, p. 133). Crenças sobre diferenças de gênero e de comportamento (Citeli, 2001) investigam comportamentos masculinos e femininos a partir de bases genéticas. Baseadas em interpretações da teoria da evolução, ambicionam explicar desde os atuais sistemas legais, econômicos e de parentesco, até as supostas bases biológicas da violência, do abuso sexual, do estupro, da promiscuidade masculina e da homossexualidade. Estas concepções, biologicistas e essencialistas, têm sido incorporadas pela psicologia, estando presentes em sistemas teóricos que buscam explicar a origem psicológica das diferenças de gênero, tais como na teoria psicanalítica, na teoria da aprendizagem social e na teoria do desenvolvimento moral e cognitivo (ver Oliveira, 1983).

Teorias psicológicas, dentre elas as de Carol Gilligan, de Nancy Chodorow e de Sandra Bem (ver Benhabib e Cornell, 1987; Lima, 1993; Nuernberg, 2005; Siqueira, 1997), apesar de refutarem determinações biologicistas em relação às diferenças de gênero, baseiam-se em concepções ainda essencialistas e, por vezes, androcêntricas. Ao postularem diferenças intrínsecas às experiências masculina e feminina, adotando conceitos convencionais de masculinidade e feminilidade, que não são desestabilizados, as diferenças de gênero são teorizadas como entidades psicológicas internas. Traços como independência, agressividade e racionalidade são percebidos como características masculinas, enquanto sensibilidade, passividade e emocionalidade são descritas como características tipicamente femininas. Pesquisas sobre julgamento moral e sobre etapas do desenvolvimento são estudadas como se as diferenças de gênero não existissem, ou, então, como se houvesse apenas um único gênero, o masculino (Siqueira, 1997).

A identidade de gênero, tendo como paradigma o desenvolvimento saudável de um ego bem delimitado e independente, deve ser adequada ao sexo biológico, dentro dos registros da sexualidade heterossexual genital ditada pelo recalçamento do desejo edípico (Garcia, 2001). Outras possibilidades de prazer que não as normativas são da ordem da perversão (Ferraz, 2000; Foucault, 1988c; 1974-1975/2002). Para Lacan (1972/1982), embora o objeto do desejo não seja dado, natural, mas contingente, os lugares de gênero continuam obedecendo à ótica masculinista do Falo (Butler, 2004; Roudinesco, 2003). Nestas teorias, a aceitação dos sujeitos nos lugares impostos pela trama edípica (que implica o reconhecimento e a aceitação das diferenças sexuais inscritas no corpo) é condição para o

desenvolvimento de uma identidade de gênero adequada (Garcia, 2001). Tais teorias, baseadas sobretudo na psicanálise freudiana, referencial predominante nas disciplinas de psicologia clínica dos cursos de graduação em nosso meio, pressupõem em sua ontologia o “Homem universal, atemporal e a-histórico” (Teixeira e Nunes, 2001, p. 74).

Embora a psicanálise não possa ser considerada, desde sua origem, um discurso unívoco, havendo diversas versões, díspares e incongruentes dos discursos freudianos, “uma verdadeira Babel psicanalítica” (Birman, 1991, p. 215), sua disseminação teve importantes implicações na constituição de discursos e de práticas relativas à sexualidade humana. A psicanálise, em muitos aspectos, constitui-se em “dispositivo moral de regulação das individualidades e opera como uma tecnologia de adaptação dos indivíduos” (Birman, 1991, p. 219). Tais discursos, ainda que heterogêneos, têm sido alvo de problematizações (Birman, 1999a, 1999b, 2001; Butler, 2004; Castel, 1978; Costa, 1986; Foucault, 1991; Kehl, 1998; Roudinesco, 2003).

Se, em outras épocas, divindades míticas e religiosas eram invocadas para explicar a natureza e as relações humanas, é a ciência que cumpre, desde a modernidade, a função de buscar explicações e regular a ordem social (Bock, 2003; Strey, 1998). Cabe destacar que a ciência, com seus saberes, não é algo abstrato, mas “produto de pessoas concretas, situadas em suas posições de gênero, etnia, geração, classe. Um campo científico não existe a despeito das pessoas que o produzem. Pelo contrário, é tão vivo quanto aqueles que o sustentam e tão dinâmico quanto as trocas e o jogo de forças por elas gerado” (Nuernberg, 2005, p. 283). Em uma época de inseguranças e de incertezas, características de “nosso líquido mundo moderno” (Bauman, 2004, p. 13), em que tudo se move e se desloca (Bauman, 1999, 2004), normatizar posições estáticas de gênero parece necessário à manutenção da ordem vigente, regulação à qual podem contribuir alguns discursos veiculados pela ciência psicológica (Fonseca, 1997, 2000; Foucault, 1988a, 1988b). Problematizar lugares sociais, públicos e privados ocupados por homens e por mulheres, tanto quanto desconstruir as certezas em relação às subjetividades, aos corpos e aos desejos (Butler, 1998, 2004; Louro, 1999) torna-se ameaçador à inteligibilidade da estrutura social, organizada sob a forma de prerrogativas e de exclusões inscritas nas relações de poder e de gênero (Scott, 1986). Teorias psicológicas androcêntricas e individualistas contribuem para produzir e legitimar crenças no indivíduo como entidade autônoma, abstrata, universal (Bock, 2003; Bock, Furtado e Teixeira, 1993) e masculina, perpetuando visões binárias e estáticas entre os sexos/gêneros, como se tais diferenças

estivessem situadas ‘dentro dos indivíduos’ (Nicholson, 2000; Nogueira, 2001a, 2001b; Siqueira, 1997), quase impermeáveis, assim, ao questionamento e à modificação.

Ainda que o ‘Homem’ tenha sido oficialmente declarado ‘morto’ (Bordo, 2001), ele continua aparecendo na ciência, na pesquisa e na academia. A (in)visibilidade do sujeito universal desvela-se no desejo onipotente da linguagem sexista de engolfar o feminino nas adjetivações masculinas, tomada como ‘neutra e universal’ (Eichler, 1988). Tal reivindicação, interpretada por alguns como um “neolesbianismo neurótico” e de uma “imbecilidade inominável” (Goldenberg, 2005, p. 109), inscreve-se na perspectiva contra-hegemônica de outros discursos, dentre eles, as psicologias feministas (Narvaz e Koller, 2006; Neves e Nogueira, 2003, 2005).

Do exposto, depreende-se que os discursos feministas e de gênero têm ainda estatuto marginal na comunidade acadêmica contemporânea (Adelman, 2003; Descarries, 1994; Malheiros, 2003). Se “as vozes da diferença não têm permissão para falar” (Bordo, 2001, p. 25), quais os discursos de gênero que circulam na psicologia acadêmica contemporânea? Há que se desvelar tais discursos, bem como seus efeitos na produção de saberes que, veiculados como verdades (Foucault, 1969, 1970/1996), vão produzir e legitimar determinadas formas de se pensar e de se fazer psicologia(s), reflexão à qual nos propomos com o presente trabalho.

REFERÊNCIAS

- Adelman, M. (2003). Das margens ao centro: Refletindo sobre a teoria feminista e a sociologia acadêmica. *Estudos Feministas*, 11, 1, 284-288.
- Bandeira, L. (2005). *Avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas: Relatório de avaliação*. Brasília: CEPAL/SPM.
- Bauman, Z. (1999). *Globalização: As conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2004). *Amor líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2005). *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Benhabib, S., & Cornell, D. (Eds.). (1987). *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Birman, J. (1991). Freud e os destinos da psicanálise. In J. Birman, & M. Damiano (Eds.), *Psicanálise: Ofício impossível?* (pp. 205-230). Rio de Janeiro: Campus.
- Birman, J. (1999a). *Cartografias do feminino*. São Paulo: Ed. 34.
- Birman, J. (1999b). *Mal-estar na atualidade: A psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Birman, J. (2001). *Gramáticas do erotismo: A feminilidade e as suas formas de subjetivação em psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Blay, E. (2001). Oito de março: Conquistas e controvérsias. *Estudos Feministas*, 9, 2, 601-608.
- Bock, A. M. B. (2003). *A perspectiva sócio-histórica na formação em psicologia*. Petrópolis: Vozes.
- Bock, A. M., Furtado, O., & Teixeira, M. (1993). *Psicologias: Uma introdução ao estudo da psicologia*. São Paulo: Saraiva.
- Bordo, S. (2001). A feminista como o "Outro". *Estudos Feministas*, 8, 1, 10-29.
- Butler, J. (1998). Fundamentos contingentes: O feminismo e a questão do "pós-modernismo". *Cadernos Pagu*, 11, 11-42.
- Butler, J. (2000). Subjection, resistance and resignification. *The psychic life of power: Theories in subjection* (pp. 83-105). California: Stanford University.
- Butler, J. (2001). Corpos que pesam: Sobre os limites discursivos do "sexo". In G. L. Louro (Ed.). *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade* (pp. 151-172). Belo Horizonte: Autêntica.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2004). *Undoing gender*. New York, London: Routledge.
- Castel, R. (1978). *O psicanalismo*. Rio de Janeiro: Graal.
- Citeli, M. T. (2001). Fazendo diferenças: Teorias sobre gênero, corpo e comportamento. *Estudos Feministas*, 9, 1, 131-145.
- Colling, A. M. (1997). *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Colling, A. M. (2004). A construção histórica do feminino e do masculino. In M. N. Strey, S. L. Cabeda, & D. R. Prehn (Eds.). *Gênero e cultura: Questões contemporâneas* (Vol. I, pp. 13-38). Coleção Gênero e Contemporaneidade. Porto Alegre: Edipucrs.
- Costa, A. (1994). Os estudos da mulher no Brasil ou a estratégia da corda bamba. *Estudos Feministas*, (E.N.), 401-409.
- Costa, A. A., & Sardenberg, C. (1994). Teorias e práxis feministas na academia: Os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. *Estudos Feministas*, (E.N.), 387-400.
- Costa, C. L. (2002). O sujeito no feminismo: Revisitando os debates. *Cadernos Pagu*, 19, 59-90.
- Costa, C. L., & Schmidt, S. P. (2004). Feminismo como poética/política. In C. L. Costa, & S. P. Schmidt (Eds.). *Poéticas e políticas feministas* (pp. 9-18). Florianópolis: Ed. Mulheres.
- Costa, J. F. (1986). *Violência e psicanálise*. (2ª ed.). Rio de Janeiro: Graal.
- Descarries, F. (1994). A contribuição das mulheres à produção de palavras e saberes. *Estudos Feministas*, (E.N.), 57-64.
- Eichler, M. (1988). *Nonsexist research methods: A practical guide*. Winchester: Allen & Unwin.
- Farah, M. F. (2004). Gênero e políticas públicas. *Estudos Feministas*, 12, 1, 47-71.
- Ferraz, F. C. (2000). *Perversão*. Coleção Clínica Psicanalítica. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ferreira, E. X. (1996). *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Fonseca, T. M. G. (1997). Psicologia e relações de gênero: O gênero da ciência psicológica. In A. V. Zanella, M. J. Siqueira, L. A. Lulhier, & S. I. Molon (Eds.). *Psicologia e práticas sociais* (pp. 317-321). Porto Alegre: ABRAPSO.
- Fonseca, T. M. G. (2000). Utilizando Bourdieu para uma análise das formas (in) sustentáveis de ser homem e mulher. In M. N. Strey, F. Mattos, G. Fensterseifer, & G. C. Werba (Eds.). *Construções e perspectivas em gênero* (pp. 19-32). São Leopoldo: Unisinos.
- Foucault, M. (1969). *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (1996). *A ordem do discurso*, (3ª ed.). São Paulo: Loyola (Original work published in 1970)
- Foucault, M. (1988a). *História da sexualidade I: A vontade de saber*, (12ª ed.). Rio de Janeiro: Graal. (Original work published in 1969)
- Foucault, M. (1988b). *História da sexualidade II: O uso dos prazeres*, (12ª ed.). Rio de Janeiro: Graal. (Original work published in 1969)
- Foucault, M. (1988c). *História da sexualidade III: O cuidado de si*, (12ª ed.). Rio de Janeiro: Graal. (Original work published in 1969)
- Foucault, M. (1991). *Saber y verdad*. Madrid: La Piqueta.
- Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. In H. Dreyfus, & P. Rabinow (Eds.). *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica – além do estruturalismo e da hermenêutica* (pp. 231-249). Rio de Janeiro: Forense.
- Foucault, M. (2002). A psicologia de 1850 a 1950. In M. B. da Motta (Ed.). *Problematização do sujeito: Psicologia, psiquiatria e psicanálise*, (2ª ed.: Vol. I, pp. 133-151). Coleção Ditos & Escritos. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Original published in 1957)
- Foucault, M. (2002). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*, (25ª ed.). Petrópolis: Vozes. (Original published in 1975)
- Foucault, M. (2002). *Os anormais. Curso no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes. Coleção Tópicos. (Original published in 1974/1975)
- Garcia, J. C. (2001). *Problemáticas da identidade sexual*. Coleção Clínica Psicanalítica. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Goldenberg, R. (2005). Entrevista. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, 28, 150-157.
- Harding, S. (1986). *The science question in feminism*. Ithaca, NY: Cornell university.
- Harding, S. (1991). *Whose science? Whose knowledge?* New York: Cornell University.
- Harding, S. (1993). A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Estudos Feministas* 1, 1, 7-31.
- Kehl, M. R. (1998). *Deslocamentos do feminino*. Rio de Janeiro: Imago.
- Keller, E. F. (1985). *Reflections on gender and science*. New Haven: Yale University.
- Lacan, J. (1982). *O seminário: Livro 20. Mais ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original published in 1972)
- Lima, L. T. O. (1993). O feminino em Freud: O feminino na psicanálise. In M. C. P. da Silva (Org.). *Em busca do feminino: Ensaio Psicanalítico* (pp. 59-65). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Lopes, M. M., & Piscitelli, A. (2004). Revistas científicas e a constituição do campo de estudos de gênero: Um olhar desde as "margens". *Estudos Feministas*, 12, (E.N.), 115-121.
- Louro, G. L. (1999). Pedagogias da sexualidade. In Guacira Louro (Org.). *O corpo educado* (pp. 07-34). Belo Horizonte: Autêntica.
- Louro, G. L. (2001). Teoria *queer*: Uma política pós-identitária para a educação. *Estudos Feministas*, 9, 2, 541-553.
- Louro, G. L. (2003). Currículo, gênero e sexualidade: O "normal", o "diferente" e o "excêntrico". In G. L. Louro, J. F. Neckel, & S. V. Goelner (Eds.). *Corpo, gênero e sexualidade: Um debate contemporâneo na educação* (pp. 41-52). Porto Alegre: Vozes.
- Malheiros, S. (2003). Publicando nas ONGs feministas: Entre a academia e a militância. *Estudos Feministas*, 11, 1, 271-283.
- Maluf, S. (2004). Os dossiês da REF: Além das fronteiras entre academia e militância. *Estudos Feministas*, 12, (E.N.), 235-243.
- Mariano, S. (2005). O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. *Estudos Feministas*, 13, 3, 483-505.

- Melo, H. P. (2005). *Gênero e pobreza no Brasil: Relatório final do projeto Governabilidade democrática de gênero em América Latina y el Caribe*. Brasília: CEPAL/SPM.
- Meyer, D. E. (2000). Educação em saúde e prescrição de “formas de ser e habitar”: Uma relação a ser ressignificada na contemporaneidade. In T. M. G. Fonseca, & D. J. Francisco (Eds.). *Formas de ser e habitar a contemporaneidade* (pp. 71-86). Porto Alegre: UFRGS.
- Meyer, D. E. (2003). Gênero e educação: Teoria e política. In G. L. Louro, J. F. Neckel, & Silvana V. Goelner (Eds.). *Corpo, gênero e sexualidade: Um debate contemporâneo na educação* (pp. 09- 27). Porto Alegre: Vozes.
- Nardi, H. C. (1999). *Saúde, trabalho e discurso médico: A relação médico-paciente e o conflito capital-trabalho*. São Leopoldo: Unisinos.
- Narvaz, M., & Koller, S. H. (2006). Metodologias feministas e estudos de gênero: Articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo, Maringá, 11*, 3, 647-654.
- Narvaz, M., Vitoriano da Silva, J., Kaipper Dias, C., & Koller, S. H. (2006). Produção acadêmica da UFRGS em gênero. (Resumos) *Anais do XVIII Salão de Iniciação Científica da UFRGS*, pp. 826-827.
- Neves, S., & Nogueira, C. (2003). A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: A (re)construção dos espaços terapêuticos. *Psicologia & Sociedade, 15*, 2, 43-64.
- Neves, S., & Nogueira, C. (2005). Metodologias feministas: A reflexividade a serviço da investigação nas ciências sociais. *Psicologia: Reflexão & Crítica, 18*, 3, 408-412.
- Nicholson, L. (2000). Interpretando o gênero. *Estudos Feministas, 8*, 2, 9-41.
- Nogueira, C. (2001a). Contribuições do construcionismo social a uma nova psicologia do gênero. *Cadernos de Pesquisa, 11*, 2, 137-153.
- Nogueira, C. (2001b). Feminismo e discurso do gênero na psicologia social. *Psicologia & Sociedade, 13*, 1, 107-128.
- Nuernberg, A. (2005). *Gênero no contexto da produção científica brasileira*. Unpublished doctoral dissertation, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- Oliveira, L. S. (1983). *Masculinidade, feminilidade e androginia*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- Pereira, L. S. (2005). Estéticas da anatomia, ficções da diferença: Uma quase resenha. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, 28*, 130-142.
- Pereira, V. L. (2004). Gênero: Dilemas de um conceito. In M. N. Strey, S. T. L. Cabeda, & D. R. Prehn (Eds.), *Gênero e cultura: Questões contemporâneas* (Vol. I, pp. 173-198). Coleção Gênero e Contemporaneidade. Porto Alegre: Edipucrs.
- Prá, J. R., & Negrão, T. (2005). Mulheres, direitos humanos e políticas públicas de gênero. In T. Negrão, & A. Fernandes (Eds.), *Vida, saúde e sexualidade das mulheres em regime semi-aberto: A um passo da liberdade* (pp. 41-52). Porto Alegre: Coletivo Feminino Plural.
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Schmidt, S. P. (2004). Como e por que somos feministas. *Estudos Feministas, 12*, E.N., 17-22.
- Scott, J. W. (1986). Gender: A useful category of historical analysis. *The American Historical Review, 91*, 5, 1053-1101.
- Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres (2006). *Retrospectiva*. Brasília: Presidência da República: SPM.
- Siqueira, M. J. T. (1997). A(s) psicologias e a categoria gênero: Anotações para discussão. In A. V. Zanella, M. J. T. Siqueira, L. A. Lulhier, & S. I. Molon (Eds.), *Psicologia e práticas sociais* (pp. 271-279). Porto Alegre: ABRAPSO.
- Strey, M. N. (1998). Gênero. In M. G. C. Jacques, M. N. Strey, N. M. G. Bernardes, P. Guareschi, S. A. Carlos, & T. M. G. Fonseca (Eds.), *Psicologia social contemporânea: Livro-texto* (pp. 181-198). Petrópolis: Vozes.
- Strey, M. N. (2000). Será o século XXI o século das mulheres? In M. N. Strey, F. Mattos, G. Fensterseifer, & G. C. Werba (Eds.), *Construções e perspectivas em gênero* (pp. 09-18). São Leopoldo: Unisinos.
- Teixeira, R. P., & Nunes, M. L. T. (2001). As concepções de homem na psicologia clínica: Um estudo com base em programas de ensino. *Episteme, 12*, 61-76.
- Toneli, M. J. F. (2003). Publicações feministas sediadas em Ongs: Limites, alcances e possibilidades. *Estudos Feministas, 11*, 1, 265-270.

Autoras:

Martha Giudice Narvaz – Psicóloga, Terapeuta Familiar, Especialista na Área da Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes pela USP. Doutoranda em Psicologia pela UFRGS sob a orientação da Profa. Dra. Sílvia Helena Koller. Integrante do Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua-CEP-RUA/UFRGS e da ONG Feminista Coletivo, Feminino Plural de Porto Alegre. E-mail: phoenix@terra.com.br

Sílvia Helena Koller. Psicóloga, CRP 07/2031, Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenadora do Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua-CEP-RUA/UFRGS.

Endereço para correspondência:

SÍLVIA HELENA KOLLER
Rua Ramiro Barcelos, 2600/104
CEP 90035-003, Porto Alegre, RS, Brasil
Fones: (51) 3316-5150 – Cel.: (51) 8119-7091 – Fax: (51) 3241-0074
E-mail: Silvia.koller@gmail.com.br